

# RESENHAS

**ENFANT À L'ÉCOLE, ÉCOLE(S) POUR L'ENFANT** (Ikor, Illich, Neill, Snyders. . . et la renouation pédagogique)  
JOSEPH MAZURE  
Paris, Castermann, 1980

O autor se propõe a ressaltar a importância da contribuição da psicologia para o encaminhamento da questão da renovação pedagógica. Para tanto, a obra foi estruturada em cinco capítulos, funcionando os quatro primeiros como preparação polêmica para o quinto capítulo onde o tema de fundo é tratado explicitando-se, aí, pela afirmativa, as posições do autor, antes prenunciadas pela via negativa.

Assim, o primeiro capítulo é dedicado à exposição e crítica da pedagogia do conflito onde o professor atua com extremo autoritarismo. Daí a denominação do capítulo: a guerra pedagógica. Tomando Ikor como paradigma dessa pedagogia, toda ela baseada na coerção exercida pelo professor sobre os alunos, o autor se empenha em pôr à mostra as mazelas dessa visão pedagógica, conduzindo-a a limites quase caricaturais.

No segundo capítulo é a pedagogia libertária que está em evidência, através do paradigma de Neill posto em prática na escola de Summerhill. Aqui a exposição do autor adquire um tom bastante simpático o que talvez se explique pelo teor fortemente psicologizante assumido por essa experiência pedagógica.

O terceiro capítulo é dedicado à questão da desescolarização quando o autor se empenha em mostrar as antinomias, as incoerências, a ingenuidade e inconsistência das análises de Illich.

No quarto capítulo o alvo do autor é Snyders. Se, como já foi dito, Neill suscita a simpatia de Mazure, Snyders, ao contrário, lhe provoca uma indisfarçada antipatia e, mais do que isso, uma antipatia preconceituosa. Sua crítica, ainda que aponte para alguns aspectos válidos, é claramente prejudicada pela visão preconceituosa que a atravessa de ponta a ponta.

Finalmente, no quinto capítulo, denominado "renovação pedagógica e psicologia", o autor promete, segundo suas próprias palavras, "mostrar uma difícil, uma necessitada 'verdade' que se busca, se aplica e se muda. Sem garantia" (pág. 159). O resultado, entretanto, a nosso ver, é decepcionante. Aí, o autor flerta com a pedagogia tecnicista e deixa transparecer seu entusiasmo pelas instruções oficiais. Sua visão de renovação pedagógica resulta, em suma, num ecletismo psicologizante cujo fundo é constituído por uma adesão pré-crítica a Piaget.

A abordagem do autor, pelo seu caráter polêmico, é estimulante; o livro é bem escrito. Entretanto, não chega a trazer contribuição nova.

*Dermeval Saviani*

**A POLÍTICA DO LIVRO DIDÁTICO**  
JOÃO BATISTA A. e OLIVEIRA, SÔNIA D.  
P. GUIMARÃES e HELENA MARIA B. BOMÉNY  
São Paulo: Summus; Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1984, 139 p.

Estudo exploratório, como define um dos seus autores, este trabalho se propõe a analisar alguns aspectos da política e das práticas de adoção e de utilização do livro didático, com base num extenso levantamento bibliográfico e em dados obtidos em entrevistas com autoridades, elementos da indústria editorial, estudiosos da área, alunos e professores.

Na introdução os autores apontam a dificuldade de se definir com precisão o livro didático e discorrem sobre a sua importância pedagógica, econômica e política, discutindo principalmente algumas questões ligadas a sua eficácia como instrumento de ensino, o montante de recursos oficiais destinados a sua produção e distribuição, o apoio ao setor privado, a questão dos custos para o consumidor e finalmente alguns aspectos e implicações do livro como instrumento conformador de valores e atitudes.

No primeiro capítulo há uma revisão crítica da literatura sobre o tema, particularmente de alguns trabalhos que abordam o livro didático enquanto capítulo da história do livro e da produção editorial. São citados também trabalhos que focalizam o livro didático no interior do universo do ensino e da educação, especialmente aspectos da sua história face às reformas do ensino, às filosofias e concepções que as fundamentam e, finalmente, os estudos que analisam as várias funções do livro no sistema de ensino.

Do capítulo que focaliza o livro didático no contexto da política educacional consta um levantamento crítico das medidas que regulamentam a questão desde a época do Estado Novo, até os dias atuais. Sempre procurando contextualizar essas medidas dentro do momento político a autora do capítulo vai delineando para o leitor os determinantes que nortearam a política do livro didático, detendo-se mais especificamente nos movimentos de nacionalização do ensino e da juventude

brasileira. Muito importantes para aqueles que se interessam em compreender a educação no Brasil são as reflexões aí contidas sobre a morosidade do processo de implementação da política do livro didático em consequência do descompasso entre o espírito da legislação e as condições que limitam a sua aplicação. Ainda ao traçar o histórico dos acontecimentos que caracterizaram a política do livro didático no período, a autora mostra como a questão da comercialização e dos custos do livro didático para o público consumidor, geraram os principais pronunciamentos, denúncias, projetos de lei e as iniciativas governamentais na área. Nesse sentido o capítulo discute particularmente a política de financiamentos viabilizados através dos programas de convênio, dentre os quais destacam-se o convênio MEC/USAID que resultou na criação da COLTED, os programas de co-edição do livro didático para os diversos níveis do ensino desenvolvidos pelo INL e posteriormente pela FENAME.

A discussão sobre a pedagogia e a economia do livro didático tema do 3º capítulo desvenda para o leitor os fatores subjacentes a sua produção, destacando particularmente os programas ou currículos ditados pelas políticas nacional e estaduais, as regras dos órgãos que realizam co-edições, os interesses das editoras e os diversos estágios entre o momento da interpretação dessas situações tão diversificadas por parte dos editores e o momento da produção propriamente dita. Merece destaque nesse contexto, a discussão a respeito dos mecanismos que acabam distanciando o produto final dos ideais pedagógicos que definiriam um livro enquanto material de instrução. Os principais fatores que afetam os custos do livro didático nas suas diversas fases de produção também são abordados, apontando-se inclusive a viabilidade de políticas descentralizadoras de produção tendo em vista os avanços tecnológicos que tornaram viáveis pequenas tiragens sem custos adicionais muito significativos.

No capítulo sobre a participação do Estado no negócio do livro didático, após uma breve consideração a respeito da distribuição dos livros segundo as regras do mercado — cerca de 80% do volume global produzido há uma descrição detalhada dos mecanismos pelos quais o Estado intervém nesse mercado, seja na qualidade de comprador, seja como co-editor, através de convênio firmado entre uma instituição federal — até 1970 a COLTED, de 1971 a 1975 a INL e a partir de então a FENAME — e as Secretarias de Educação dos Estados. Através da análise do programa PLIDEF desenvolvido pela FENAME e destinado ao ensino fundamental, são mostrados todos os passos do processo de co-edição tanto a nível federal como estadual especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro.

O capítulo quinto discute a precária utilização

dos livros didáticos nas escolas de 1º grau, inclusive nas favorecidas pelo programa PLIDEF, com base nos dados de um levantamento efetuado em escolas públicas e particulares de sete unidades da Federação. São debatidos aspectos referentes à utilização de livros em área urbana e rural, opinião dos professores sobre os livros, sua participação no processo de escolha, fatores e agentes que concorrem para a sua substituição bem como as repercussões a nível do aluno. A questão do livro descartável também é abordada principalmente no que diz respeito à contribuição de algumas teorias psicopedagógicas e experiências de implementação de novos materiais didáticos para uma concepção inteiramente diferente das funções e objetivos do livro didático, bem como as suas repercussões a nível da indústria editorial.

O capítulo que encerra o livro discute alguns condicionantes da política do livro didático entre os quais a precariedade cultural do nosso país, que se configura na impossibilidade ou ausência do hábito da leitura entre a população, a situação do sistema de ensino particular voltado para a população que determinará os conteúdos, valores e abordagens da literatura consumida pelo restante da população e a precariedade das verbas destinadas ao ensino público onde a presença do livro depende dos programas oficiais de subsídios. São apontadas inclusive as dificuldades enfrentadas pelo magistério no exercício da profissão e a sua baixa qualificação, bem como o papel desempenhado pelas editoras privadas nesse processo. Ainda em relação aos condicionantes da política do livro didático, discute-se também a questão da centralização/descentralização no que diz respeito a critérios de avaliação, escolha do livro bem como o papel das diversas instâncias ou órgãos envolvidos — autoridades governamentais, Conselho Federal de Educação e Congresso Nacional.

Finalizando, os autores tecem comentários sobre as características mais importantes da política do livro didático, principalmente os mecanismos que influem no processo de decisão da escolha do livro pelo professor, a questão da centralização dos recursos e suas consequências, tais como a necessidade de mecanismos de controle que favorecem a prática de ações socialmente indesejáveis, e as dificuldades de implementação de programas desse vulto.

Leitura indispensável para aqueles que pretendem conhecer e refletir sobre a questão do livro didático e seus inúmeros desdobramentos, tema ainda pouco debatido entre nós, a despeito da sua importância no contexto educacional brasileiro.

*Regina Pahim Pinto*